

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O INIS - Instituto Itajaí Sustentável, tem por objeto a **contratação de serviços comuns de engenharia, destinados à execução de reformas e adequações de acessibilidade no Viveiro Municipal de Itajaí**, abrangendo a sede administrativa e o galpão.

Tabela de especificação de itens, contendo:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	OBRAS CONTRATADAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,00	R\$ 327.027,78	R\$ 327.027,78

Da natureza do Objeto: O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 12.840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a reforma e adequação das instalações físicas do Viveiro Municipal, abrangendo a sede administrativa e o galpão, a fim de restaurar as condições estruturais, funcionais e de segurança das edificações.

As edificações apresentam problemas recorrentes de infiltrações, goteiras e deterioração de materiais, que comprometem o desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas, além de colocarem em risco a conservação de equipamentos e materiais armazenados. As manutenções corretivas realizadas ao longo dos anos mostraram-se insuficientes, demandando, portanto, intervenção estrutural definitiva.

A sede administrativa necessita de reforma na cobertura de modo a garantir um ambiente de trabalho seguro e salubre para os servidores e para o público atendido, evitando o risco de perda de equipamentos, arquivos e mobiliário. O galpão, por sua vez, requer intervenções que visem à reorganização e melhoria do espaço físico, acessibilidade, contemplando a substituição de elementos danificados, a criação de ambientes mais adequados para armazenamento de materiais, equipamentos, ferramentas e insumos, instalações gerais e sanitárias apropriadas para uso do público visitante, e melhorias na área de convivência dos colaboradores.

A execução das obras possibilitará melhor aproveitamento dos espaços existentes, redução de custos com manutenções emergenciais, melhoria das condições de segurança, salubridade e acessibilidade, além de garantir a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas no âmbito do Viveiro Municipal, especialmente aquelas voltadas à educação ambiental, produção de mudas e arborização urbana.

Importante destacar que o Viveiro Municipal, além de desempenhar papel fundamental na produção de mudas arbóreas nativas, constitui-se em um espaço educador de grande relevância para o município, onde são desenvolvidas atividades e projetos voltados à educação e sensibilização ambiental. Somente entre 2023 e o presente momento, o local já recebeu mais de 3.000 participantes, entre estudantes, professores e membros da comunidade, em visitas guiadas, oficinas temáticas e ações educativas.

Em 2024, foi inaugurado o Espaço Oficinas, localizado no galpão do viveiro, que passou a abrigar atividades como as oficinas de compostagem, papel reciclado e Mar Adentro, ampliando o alcance das ações socioambientais. Entretanto, o aumento da demanda por atividades presenciais evidencia a necessidade imediata de melhorias estruturais, especialmente para adequação dos espaços ao recebimento do público, cuja maioria é composta por alunos de unidades escolares.

Entre as principais limitações atuais destacam-se a falta de infraestrutura acessível e a ausência de adaptações que garantam a inclusão plena de todos os visitantes, aspectos que comprometem a efetividade das ações educativas e contrariam as diretrizes de acessibilidade e inclusão previstas em legislação vigente.

Ressalta-se, ainda, que a equipe técnica e operacional alocada no Viveiro Municipal é responsável não apenas pelas atividades e projetos realizados no próprio viveiro, mas também pelo suporte às Unidades de Conservação Municipais, com destaque para o Parque Natural Municipal do Atalaia (PNMA) — atualmente a única UC municipal com estrutura voltada à visitação pública. Essa equipe realiza manutenção contínua da área do parque, garantindo condições adequadas para o turismo ecológico, visitação e educação ambiental, cujas ações são planejadas e coordenadas a partir da sede administrativa do Viveiro Municipal.

Dessa forma, evidencia-se a importância estratégica e educadora do Viveiro Municipal, bem como a urgência na execução das reformas propostas, que permitirão melhorar as condições de atendimento ao público, ampliar o acesso inclusivo e garantir a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento das atividades educativas e ambientais desenvolvidas pela instituição.

As intervenções propostas visam garantir a solução definitiva dos problemas de infiltração, a adequação dos ambientes às necessidades operacionais e de atendimento ao público, e a preservação das condições de segurança e funcionalidade das estruturas.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Execução de obras de reforma e adequação das edificações do Viveiro Municipal, abrangendo a cobertura de telhado da sede administrativa e a requalificação estrutural do galpão, incluindo melhorias em suas instalações físicas, hidráulicas, elétricas e de acessibilidade, bem como na área de convivência e nos espaços de armazenamento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUBCONTRATAÇÃO

4.1.1. É permitida a subcontratação MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE para execução de partes da obra, limitada a 30% do valor total a ser contratado, nos termos a serem definidos e autorizados pela Administração Pública.

4.1.2. A contratada se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada por intermédio de CAT de execução de obra e/ou serviço similar ao solicitado pela CONTRATANTE à contratada, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização.

4.1.3. Conforme a Lei Municipal nº 7.785/2025 no Art. 17. São vedadas:

I - A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital;

II - A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III - A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

5. VALOR DE REFERÊNCIA

- Valor de R\$327.027,78 - Trezentos e Vinte e Sete Mil, Vinte e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A contratada deverá cumprir, integralmente, as seguintes obrigações:

- 6.1. Executar todos os serviços de reforma e adequação do Viveiro Municipal de Itajaí, abrangendo a sede administrativa e o galpão, em conformidade com o Termo de Referência, memorial descritivo, projetos, especificações técnicas, normas da ABNT e legislação aplicável.
- 6.2. Apresentar e manter ART/RRT registrada para todas as atividades técnicas que exigirem responsabilidade profissional, vinculadas ao contrato, garantindo a presença de responsável técnico habilitado.
- 6.3. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, prazos e etapas definidos pela Administração.
- 6.4. Adotar todas as medidas de segurança do trabalho, incluindo atendimento às NR aplicáveis (NR-18, NR-35, entre outras), fornecimento de EPIs e proteção coletiva aos trabalhadores, bem como isolamento e sinalização da área de obra.
- 6.5. Manter o local de execução limpo e organizado, promovendo a coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos gerados, conforme legislação ambiental.
- 6.6. Zelar pelo patrimônio público, preservando estruturas, instalações e equipamentos existentes, sendo responsável pela reparação imediata de qualquer dano causado por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.
- 6.7. Disponibilizar toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, arcando integralmente com os custos.
- 6.8. Garantir a integridade física de trabalhadores e usuários, mantendo condições seguras e impedindo o acesso de pessoas não autorizadas à área de obra.
- 6.9. Atender às orientações, determinações e recomendações do gestor e dos fiscais do contrato, adotando prontamente as correções solicitadas.
- 6.10. Apresentar relatórios e informações solicitadas pela Administração para acompanhamento da execução.
- 6.11. Realizar a limpeza final da área ao término dos serviços, entregando o local em pleno funcionamento e boas condições de uso.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O INIS – Instituto Itajaí Sustentável deverá cumprir as seguintes obrigações:

- 7.1. Designar formalmente o gestor do contrato e o(s) fiscal(is) responsável(is) pelo acompanhamento da execução.

- 7.2. Emitir ordem de início dos serviços após a formalização do contrato e verificação das condições necessárias ao início da obra.
- 7.3. Fornecer à contratado acesso ao local (Viveiro Municipal de Itajaí) para realização dos serviços e, quando aplicável, para a vistoria prévia.
- 7.4. Disponibilizar informações e documentos técnicos necessários à execução adequada dos serviços, quando existentes.
- 7.5. Acompanhar, fiscalizar e registrar formalmente o andamento da execução contratual, inclusive prazos, etapas e conformidade técnica.
- 7.6. Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades, não conformidades ou necessidade de ajustes, estabelecendo prazos para correção.
- 7.7. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços, conforme Lei 14.133/2021, condicionando o recebimento final à plena conformidade do objeto.
- 7.8. Providenciar acesso a pontos de energia e água, quando necessários para a execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por equipamentos e insumos.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. Rotinas de Fiscalização
 - 8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 8.7. Fiscalização Técnica
 - 8.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no

- contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 8.7.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 8.8. Fiscalização Administrativa
- 8.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 8.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 8.9. Gestor do Contrato
- 8.9.1. Cabe ao gestor do contrato:
- 8.9.2. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 8.9.3. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.9.4. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.9.5. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.9.6. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.9.7. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 8.9.8. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - 9.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 9.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 9.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 9.3.1. A avaliação da execução do objeto se dará através do fornecimento de relatórios detalhados das atividades executadas, conforme demanda do contratante.

- 9.3.2. Os serviços e materiais serão fiscalizados por profissional a ser indicado pelo INIS, através de Portaria, que se reserva o direito de impugnar tudo o que estiver em desacordo com estas instruções e a boa técnica de execução;
- 9.3.3. As solicitações de medição devem ser feitas pela empresa, devendo a fiscalização responder no prazo de 5 (cinco) dias úteis à aprovação ou reprovação das mesmas;
- 9.3.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 9.3.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 9.3.6. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 9.3.7. O prazo para recebimento será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.3.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 9.3.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 9.4. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 9.4.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 9.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
 - 9.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento.
 - 9.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.5. Liquidação

- 9.5.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.5.1.1. o prazo de validade;
 - 9.5.1.2. a data da emissão;
 - 9.5.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 9.5.1.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 9.5.1.5. o valor a pagar; e
 - 9.5.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 9.6. Os pagamentos serão efetuados através de Depósito na Conta Bancária indicada na Nota Fiscal, até o 30 (trigésimo) dia após a entrega da referida Nota Fiscal na Secretaria de Finanças acompanhada da Nota de Empenho e com o devido aceite assinado pelo Gestor da Secretaria solicitante, atestando a regularidade e a aprovação dos produtos entregues/serviços prestados.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
- 10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 10.2. Regime de Execução
- 10.2.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.
- 10.3. Da Exequibilidade das Propostas e da Garantia Adicional
- 10.3.1. Conforme o §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e a Decisão nº 1473/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCESC), as propostas com valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração serão consideradas inicialmente inexecutíveis, sujeitas à comprovação de sua viabilidade por parte do licitante, mediante diligência instaurada pela Administração;
 - 10.3.2. Para propostas cujo valor global seja inferior a 85% do valor orçado, será exigida garantia adicional, nos termos do §5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor proposto;
 - 10.3.3. A ausência da comprovação adequada de exequibilidade ou da prestação da garantia adicional exigida poderá acarretar a desclassificação da proposta.

10.4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

Para a execução dos serviços comuns de engenharia referentes a reformas e adequações de acessibilidade no Viveiro Municipal de Itajaí, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

10.4.1. Capacidade técnico-operacional:

10.4.1.1 Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução de serviços comuns de engenharia relacionados a reformas ou adequações de edificações, de natureza e complexidade equivalentes ao objeto pretendido.

10.4.2. Capacidade técnico-profissional:

10.4.2.1 Comprovar que possui em seu quadro permanente, ou contratado para execução dos serviços, profissional legalmente habilitado, detentor de acervo técnico (CAT) compatível com as atividades de reforma e adequações de edificações, devidamente registrado no CREA/CAU/CFT, conforme a área de atuação.

10.4.3. Regularidade técnica:

10.4.3.1 Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou Certidão de Registro junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais, do domicílio ou sede do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;

10.4.3.1 Declaração da empresa licitante indicando o profissional responsável técnico da proponente pelo objeto ora licitado;

Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista ou profissional técnico habilitado

10.4.3.1 Certidão de Registro de pessoa física ou inscrição na entidade profissional competente do profissional indicado como responsável técnico legal da proponente pelo objeto ora licitado, dentro do prazo de validade;

10.4.4. Condições operacionais mínimas:

10.4.4.1 Demonstrar meios materiais e humanos suficientes para a execução dos serviços, tais como equipe técnica habilitada, equipamentos ferramentas e insumos necessários, garantindo o cumprimento dos prazos e padrões definidos no Termo de Referência.

Esses requisitos asseguram que a empresa contratada possui experiência comprovada, equipe habilitada e capacidade operacional adequada à execução dos serviços comuns de engenharia previstos no objeto.

10.4.5. Declaração de Pleno conhecimento do local e de suas condições, comprovando que a empresa licitante, visitou e vistoriou o local onde será executado o serviço, tomando conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldade dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente Edital ou ainda Declaração de Dispensa de visita técnica, declarando que a empresa

optou por não vistoriar o local onde será executado o serviço, estando assim ciente das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo, em momento posterior, alegar a falta de conhecimento das referidas especificações para justificar eventuais futuros descumprimentos dos aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente Edital.


11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de contrato será de 120 (cento e vinte) dias, a contar a partir da data de assinatura do contrato.

12. CONDIÇÕES GERAIS

Não será permitido a realização de obras físicas ou qualquer outro tipo de alteração que descaracterize o espaço.

Itajaí/SC, 16 de dezembro 2025

Documento assinado digitalmente
 **MARIA HELOISA BEATRIZ CARDOZO FURTADO L**
Data: 17/12/2025 12:22:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Heloísa Beatriz Cardozo Furtado Lenzi
Presidente do INIS